

RECURSO ESPECIAL Nº 1.850.727 - MA (2019/0353545-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : OZIEL GOMES DA SILVA
ADVOGADO : FRANCISCO EDISON VASCONCELOS JUNIOR -
MA018023
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por OZIEL GOMES DA SILVA, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, cuja ementa é a seguinte (e-STJ fl. 529/530):

Processo Penal. Habeas Corpus. Crimes de corrupção passiva, associação criminosa e comércio ilegal de arma de fogo. Prisão preventiva. Alegação de fundamentação inidônea. Inocorrência. Requisitos do art. 312, do CPP evidenciados. Acautelamento da ordem pública. Risco de reiteração criminosa. Aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. Possibilidade. Adequação e suficiência. Ordem conhecida e parcialmente concedida. Decretadas medidas cautelares diversas da prisão.

1. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312, do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

2. Não procede o argumento de fundamentação inidônea, se evidentes os motivos da custódia extrema, decretada com base em dados concretos, para fins de garantia da ordem pública.

3. Em alusão ao que dispõe o art. 282, § 6º. do CPP, a prisão preventiva, segundo a doutrina, é considerada a "extrema ratio da ultima ratio", revelando que sua necessidade deve passar por um filtro de ponderação e análise escalonada, só sendo cabível quando as demais medidas cautelares previstas no art. 319, do CPP, não se mostrarem idôneas.

4. As circunstâncias dos crimes supostamente praticados, assim como as condições pessoais do paciente, devem ser devidamente consideradas, diante da possibilidade de

substituição da prisão por medidas cautelares diversas, adequadas e suficientes aos fins a que se propõem.

5. Ordem conhecida e parcialmente concedida para substituir a prisão preventiva por medidas cautelares diversas.

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 565/580), alega a parte recorrente violação dos artigos 282 e 319, inciso VI, do Código de Processo Penal.

Sustenta, em síntese, que *é inegável o constrangimento ilegal que está sofrendo o Recorrente, na medida em que se revela totalmente inidônea (ausente) a motivação levada a efeito pela Corre Estadual, para aplicação de medida cautelar diversa da prisão, consistente no afastamento temporário da função de pública de Vereador, violando-se, assim também, os princípios da proporcionalidade, necessidade e adequação* (e-STJ fl. 572).

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 586/595), o Tribunal *a quo* admitiu o recurso especial defensivo (e-STJ fls. 597/598).

O Ministério Público Federal, instado a se manifestar nesta instância, opinou pela prejudicialidade do recurso (e-STJ fl. 611/612).

É o relatório. **Decido.**

O recurso não deve prosperar.

O recorrente impetrou o HC n. 529.598/MA, no qual foram suscitadas as mesmas questões expostas no presente recurso, que, em decisão monocrática, publicada em 9/12/2019, confirmou a liminar deferida e concedeu a ordem de ofício, para autorizar o retorno dos recorrente, dentre outros vereadores, ao cargo de parlamentar, obstando-se, todavia, a atuação desses em qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito ou Comissão Processante no âmbito da Câmara Municipal de Vitória do Mearim/MA.

Nesse contexto, fica sem objeto o pedido contido no presente recurso especial.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XI, do RISTJ,

Superior Tribunal de Justiça

julgo prejudicado o recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator